

TOPONOMÁSTICA E ANTROPONOMÁSTICA: PARADIGMAS E MÉTODOS

Márcia Sipavicius Seide

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

marciaseda4@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo evidencia as diferenças de método e paradigma de dois ramos da Onomástica: a Toponomástica, focada nos nomes próprios de lugar, e a Antroponomástica, voltada aos nomes próprios de pessoa. Se bem ambos os tipos de nome próprio apresentem funções semelhantes, a revisão de literatura e pesquisas recentes apresentadas nesse artigo mostram que, no Brasil, enquanto os estudos toponímicos consideram o nome próprio como lema, os antroponímicos priorizam os usos do nome próprio e seu significado associativo.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica, Toponomástica, Antroponomástica.

ABSTRACT:

This paper evidences methodological and paradigmatic differences between two Onomastics branches: Toponomastics, focused on propial places names and Antroponomastics, devoted to personal names. Although both types of propial name have similar functions, literature review and recent research presented in these paper show that, in Brazil, while toponomics studies consider proprial names as lemma, antroponimics studies prioritize proprial names usages and it's associative meaning.

KEYWORDS: Onomastics, Toponomastics, Antroponomastics.

Introdução.

Segundo Thomas S. Kuhn (1978), quando determinado paradigma está vigente numa área dada do conhecimento, as concepções e os procedimentos metodológicos adotados pela teoria então prestigiada caracterizam determinada abordagem como “a ciência normal” cuja maior vantagem, é a de “(...)concentrar a atenção numa faixa de problemas relativamente esotéricos, o paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seria inimaginável (...)” (KUNH, 1978, p. 45). Enquanto o paradigma estiver em vigor, o avançar científico ocorre por acumulação de resultados obtidos por sua aplicação.

Quando surgem algumas anomalias nos resultados assim produzidos, ou elas são ignoradas, não sendo sequer publicadas ou, para serem devidamente explicadas, passam a funcionar como um quebra-cabeça cuja solução pode requerer adoção de procedimentos ou concepções transcendentais. Este novo fazer científico, por fim, acaba por transformar a anomalia em evidência comprobatória de um novo paradigma que tende a substituir o anterior.

A complexidade atual do fazer científico, contudo, ao invés de apontar para a substituição de paradigmas, indica a convivência de paradigmas diferentes ou até mesmo conflitantes, sem que algum deles tenha esgotado suas possibilidades de investigação.

Partindo do princípio de que a diversidade de enfoques com que os estudos linguísticos se deparam deve ser respeitada, são apresentados, ao longo deste artigo, o paradigma vigente em cada ramo dos estudos onomásticos, particularmente no Brasil, mas também utilizado em outros países. No caso dos estudos onomásticos, paradigmas diferentes são utilizados quer se trate de estudar os nomes próprios de lugares, objeto de estudo da Toponomástica, quer se trate do estudo dos nomes próprios de pessoas, objeto de estudo da Antroponomástica.

O estudo do nome próprio sempre fez parte dos objetos de estudo da Linguística e da Filosofia da Linguagem, tendo tido, também, lugar de destaque nos estudos Filológicos. Cada escola ou corrente de pensamento propõe sua visão particular acerca daquilo que define um nome próprio como tal, bem como a metodologia a ser empregada quando se trata de estudá-los.

No Brasil, conforme se evidencia na primeira seção deste artigo, os estudos toponímicos tendem a uma certa homogeneidade decorrente de a maioria das pesquisas almejar a elaboração de Atlas toponímicos e serem direta ou indiretamente influenciados pelas propostas teóricas e metodológicas de Dick. De fato, conforme demonstra-o Isquierdo, nos projetos institucionais dedicados

à elaboração de Atlas Toponímicos e, também, nos demais estudos realizados em Programas de Pós-Graduação em Letras, “o fio condutor comum é essencialmente constituído pelos parâmetros teóricos propostos pela pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.”¹ (ISQUERDO, 2012, p.22)

Os estudos antroponímicos, contudo são, ainda, incipientes. A segunda seção do artigo apresenta pesquisas recentes em Antroponômática que utilizam, para o estudo dos antropônimos, a Teoria da Relevância, abordagem cognitiva e pragmática para o estudo do processo interpretativo, da Neurolinguística e da distinção proposta por Lagendonk entre lema de nome próprio e função de nome próprio. Cumpre esclarecer que esta parte do artigo sintetiza, aprofunda e complementa investigações parciais apresentadas, recentemente, em eventos científicos (SEIDE 2012; SEIDE, SHULTZ, 2012) sendo aqui publicados os resultados finais dessas investigações.

1. Paradigmas e métodos adotados nos estudos toponímicos no Brasil.

No Brasil, os estudos onomásticos ganharam maior visibilidade a partir dos projetos de pesquisa desenvolvidos e divulgados pela professora Maria Vicentina do Amaral Dick, da USP. Em suas pesquisas iniciais (DICK, 1992), levantou a pesquisadora várias questões concernentes à definição, ao estatuto e às funções do nome próprio.

Diferentemente dos nomes comuns, os *antroponimos* (nomes de pessoas) e os *topônimos* (nomes de lugar) são fruto de uma escolha por parte do designador, escolha feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, os quais são histórica e socialmente determinados. Além disso, cada língua apresenta recursos linguísticos distintos disponíveis para a nomeação e, mais ainda, havendo línguas utilizadas por diversos povos e nações, há uso e valores diferenciados para os recursos linguísticos à disposição do usuário. Sobre o estudo dos *antroponimos* e dos *topônimos*, a grande divulgadora da Onomástica entre nós e referência obrigatória na área, assim se posiciona:

[...] ambos os designativos ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais. São, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que,

1 As citações a Isquerdo 2012, originalmente em língua francesa, foram traduzidas à língua portuguesa pela autora desse artigo

em certas circunstancias, a não ser através deles, escaparia às gerações futuras. (DICK, 1992, p.178)

O modo como Dick concebe e estuda os nomes próprios contrasta com aquele utilizado pelos Filósofos da Linguagem, os quais levam em consideração sua função referencial, isto é, o fato de o nome próprio ser utilizado para fazer referência a um indivíduo no mundo.

Levando em consideração o caráter humanístico e interdisciplinar de que se reveste a escolha do nome próprio, fruto que é da visão de mundo do denominador, a pesquisadora propôs a descrição, análise e categorização dos topônimos brasileiros para elaboração de Atlas Toponímicos, conforme objetivos de pesquisa descritivos, sistêmicos e estruturalistas, este viés de investigação fica patente na seguinte descrição dos fundamentos em que se baseia este tipo de pesquisa :

(...) na criação da grande maioria das designações de lugar, há um item lexical do vocabulário comum da língua alçado à categoria de nome próprio no ato de nomeação, os topônimos, em primeira instância, reúnem as características do léxico da língua a que pertencem e são, por consequência, sujeitos às mesmas regras que regem o sistema linguístico desta língua. Dito isto, no estudo desta categoria de nome, o ponto de partida é sempre o nível lexical (ISQUERDO, 2012, p.15)

As pesquisas realizadas por Dick, fomentadas ou que se filiam à tradição de pesquisa por ela iniciada utilizam procedimentos metodológicos característicos: a) coleta de dados documental em cartas elaboradas pelo IBGE, a qual, recentemente, tem sido complementada por entrevistas orais; b) análise quantitativa dos dados e c) análise qualitativa segundo um sistema de categorias que leva em consideração a etimologia dos nomes e a possível intenção que motivou a nomeação (DICK, 1992), sendo que os dados e as análises são registrados mediante preenchimento de fichas lexicográfica-toponímicas (ISQUERDO, 2012, p.27).

O Projeto “Atlas Toponímico do Estado de São Paulo”, iniciado em 1989 e coordenado pela Profa. Dick objetiva reunir, analisar e categorizar os nomes de lugares visando a descrição do sistema toponímico daquele estado. Em 2004, haviam sido registrados aproximadamente 15 mil topônimos dos quais 4 mil de origem indígena¹. Este dado quantitativo é assim analisado, qualitativamente:

A recorrência aos nomes indígenas, neste trabalho, inseriu-se por uma questão de substrato étnico e como marcas linguísticas de estágios de culturas diferentes em presença (...) Essa toponímia é o traço diferenciador da nomenclatura brasileira frente à européia, principalmente a portuguesa ou ibérica sendo importante lembrar que os primeiros nomes da terra formaram-se à maneira lusitana (conforme expedições de reconhecimento); as denominações nativas foram se tornando presentes à medida que se firmavam os contatos e o conhecimento e aprendizagem da língua, como indica o Vocabulário na língua brasílica (1954). Datam dessa época histórica, portanto, os primeiros topônimos paralelos da onomástica do Brasil, como chamamos aos estratos de binomeação linguística (rio de São Francisco/Paraupada (...)) (DICK, 2004, p.127-128).

Também utilizando esta abordagem, Maria Cândida Seabra analisou os topônimos da Região do Carmo, em Minas Gerais, seguindo os seguintes procedimentos: levantamento dos topônimos da região mediante entrevistas orais, verificação sobre a presença ou ausência dos nomes informados entre os registrados em documentos escritos; descrição e análise dos dados. Uma vez que a pesquisa almejava relacionar o nome do lugar aos fatores socioculturais, históricos e ideológicos subjacentes ao processo que os produziu, Seabra classificou sua pesquisa como um “estudo sócio-lingüístico-cultural” (SEABRA, 2007, p.95).

Com base nos dados oriundos das entrevistas, foram coletados 210 topônimos. Elaborados e interpretados os gráficos indicaram uso predominante de nomes que remetem à natureza antro-po-cultural; dos antropotopônimos, a grande maioria era de origem portuguesa e homenageavam “os primeiros povoadores – bandeirantes, sertanistas, sesmeiros – possuidores de terras na região” (SEABRA, 2007, p.99).

Outro resultado enfatizado foi o fato de apenas 11% dos nomes terem sofrido alteração ou substituição, resultado relacionado ao isolamento geográfico da região e à forte ascendência portuguesa de seus habitantes que “permitiram a consolidação e sobrevivência da língua e cultura portuguesas em uma zona relativamente próxima à capital” (SEABRA, 2007, p.101).

Na região centro-oeste do Brasil, no estado de Tocantins (criado em 1988, quando foi desmembrado do estado do Mato Grosso), como parte do projeto o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATT) (iniciado em 2006 com término previsto para 2015), Karylleila dos Santos Andrade realizou estudos utilizando abordagens quantitativas e qualitativas (ANDRADE, 2010a, p.99). A análise de 114 cartas topográficas permitiu a formação de um *corpus* formado por 1.350 topônimos de origem indígena analisados do ponto de vista

etimológico com base nos estudos de Theodoro Sampaio sobre a língua Tupi (SAMPAIO, 1987).

Conforme verificou a pesquisadora, os topônimos mais frequentes são os de natureza física, fitotopônimos e zootopônimos. “Dos 60 municípios existentes antes da emancipação do estado, 15 eram nomeados com topônimos indígenas (...) O estado possui, atualmente, 139 municípios. Desse total, 71 são topônimos de origem indígena” (ANDRADE, 2010a, p.140). Cumpre informar, como produto deste projeto em desenvolvimento a publicação, em 2010, pela PUC de Goiás de um Atlas Toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins (ANDRADE, 2010 b).

Outra investigação, desenvolvida por Vitalina Maria Frosi, Carmem Maria Faggion e Giselle Olívia Mantovani Dal Corno em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul foca os hodônimos italianos dos distritos e municípios da chamada Região de Colonização Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul (RC1)². Também utiliza dados documentais, entrevistas e análises quanti-qualitativas de dados (FROSI, FAGGION, DAL CORNO, 2010).

No centro urbano de Caxias do Sul, a análise de uma listagem com denominações da Prefeitura da cidade de julho de 2009 permitiu a identificação de 3.611 hodônimos, dos quais 62% (2.231) constituídos por nome de pessoa cujo sobrenome é italiano. Em Bento Gonçalves, conforme coleta realizada *in loco*, sendo, dos 870 hodônimos registrados, 17,47% de outras etnias e, 82,53% de etnia italiana. Em ambas as localidades, houve predomínio de nomes italianos masculinos: 84%, em Caxias do Sul e 75,98% em Bento Gonçalves.

Qualitativamente, a análise do processo histórico resultante da designação dos nomes que não fazem referência à etnia italiana, baseada em textos produzidos pela Assembléia Legislativa, revelou, entre 1930 e 1945, substituição de nomes italianos por nomes luso-brasileiros motivada por eventos históricos pontuais – proibição do uso do idioma italiano no decorrer da Segunda Guerra Mundial e políticos: os cargos políticos eram exercidos por pessoas de origem luso-brasileira as quais escolhia os nomes das grandes vias visando homenagear vultos históricos brasileiros.

Atualmente, informam as pesquisadoras, a escolha de nomes italianos ocorre ou por tentativa de recuperar as tradições culturais – como ocorre com a escolha de nomes de estabelecimentos comerciais em Bento Gonçalves – ou, no caso de hodônimos recentes de Caxias do Sul, “é atribuída à representatividade econômica de indústrias e estabelecimentos comerciais gerados e gerenciados por ítalo-descendentes” (FROSI, FAGGION, DAL CORNO, 2010, p.165).

Como exemplos de projetos de pesquisa toponímica atualmente em

desenvolvimento no Brasil podem ser citados o Projeto Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS) e o projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), o primeiro liderado por Aparecida Negri Isquerdo e o segundo por Maria Cândida Seabra, cujo intercâmbio e análise conjunta de resultados

objetiva oferecer uma visão geral da hidrotoponímia das regiões selecionadas, buscando relacionar a hidrotoponímia ao panorama hidrográfico regional. O estudo visa, ainda, a identificar padrões toponímicos comuns ente as regiões estudadas e a questão do provável continuum toponímico nessa faixa de fronteiras. (ISQUERDO, SEABRA 2010, p.85)

Como resultado de levantamento inicial de dados, ora em fase de revisão, o banco de dados do primeiro projeto conta com 6.667 topônimos e o do segundo, com 10.868 topônimos, disparidade numérica que está de acordo com as características demográficas e políticas de cada região. A partir destas análises quantitativas já foi feita uma análise qualitativa focando a hidrotoponímia no Bolsão Sul-mato-grossense e no Triângulo Mineiro.

Na primeira região, os topônimos (314) utilizam, em sua maioria, (281) “base linguística” de Língua Portuguesa, havendo 19 ocorrências de base linguística tupi, 04 de língua guarani e 10 casos mistos (língua portuguesa e língua tupi). Do ponto de vista da frequência dos nomes, verificou-se correlação entre o acidente geográfico e o nome escolhido sendo mais produtivos, na região, em ordem decrescente: “Cabeceira”, “Água”, “Lagoa” e “Cachoeira”. Na segunda região, há 865 hidrotopônimos, destes, 79 de origem tupi e 786 de origem portuguesa. Também apontando convergência com suas características geográficas, foram mais frequentes os hidrotopônimos: Água, Córrego, Cachoeira e Lagoa. Enquanto os nomes em comum “apontam para um *continuum* toponímico nas duas regiões estudadas “(...) nota-se, (...) que (...) 02 hidrotopônimos diferenciam as duas regiões: Cabeceira (Bolsão) e Córrego (Triângulo)” (ISQUERDO, SEABRA 2010, p. 97).

Conforme mostra esta breve revisão de literatura em Toponomástica, é consensual a utilização de métodos quantitativos e quali-etimológicos na área. Em todos os casos, a pesquisa tem início pela fase de construção de bancos de dados coletados por via documental e/ou entrevistas semiestruturadas e se desenvolve mediante a metodologia e a fundamentação teórica propostas por Dick, abordagem assim sintetizada por Isquerdo:

O estudo linguístico do topônimo não pode deixar de ser feito desde a perspectiva filológica, etapa primeira para a análise étnico-dialetológica das designações dos espaços geográficos (...) a pesquisa da origem linguística subjacente à estrutura formal do topônimo e, por extensão, do sentido do item lexical na língua comum, é condição essencial para a análise do nome próprio de lugar (ISQUERDO, 2012, p.16).

2. Métodos e paradigmas adotados nos estudos antroponímicos.

No campo da Antroponomástica, também há pesquisas no viés quanti-qualitativo, como é o caso da pesquisa realizada por Yolanda Guilhermina López Franco sobre os nomes de batismo utilizados por moradores de Tlalnepantla de Baz, no México durante o período de um século: de 1901 a 2000, com base em amostragem de certidões de nascimento por década. Foram elaborados vários gráficos e tabelas mostrando quais foram os nomes mais frequentes. Os dados foram, então, analisados segundo a curva estatística dos dez mais utilizados em cada decênio, segundo a origem etimológica ou língua em que estava escrito, sendo que a pesquisadora também os analisou quanto à sua formação morfológica (LOPÉZ FRANCO, 2010).

Outro exemplo é a pesquisa realizada pela portuguesa Margarida Paes Leme que contabiliza as frequências de uso dos nomes próprios dos moradores da Casa Real Portuguesa nos reinados de D.João I (1406 – 1414) e de D.Afonso V (1462-1481) e classifica-os em pré-nome, patronímicos, alcunhas e sobrenomes enfatizando as diferenças encontradas nos padrões nominativos de cada *corpus* (LEME, 2011).

Em todas as pesquisas relatadas, as análises se guiaram por um critério etimológico, tendo sido considerada a origem do nome próprio como critério de categorização dos nomes. A adoção deste viés, tradicional nos estudos toponímicos, apresenta algumas limitações quando aplicado ao estudo do significado e do uso dos antropônimos por desconsiderar o processo enunciativo que resultou na atribuição de um nome do ponto de vista do designador. Quando se atenta para o ato designativo é preciso levar em consideração o conhecimento do designador a respeito do nome escolhido e suas motivações. Em raros casos, há, por parte do designador, conhecimento sobre o significado etimológico dos primeiros nomes, se bem seja comum haver algum conhecimento sobre a origem dos sobrenomes ou da comunidade na qual determinado primeiro nome é mais utilizado.

Em se tratando de antropônimos, deve-se levar em consideração a possibilidade de os sujeitos designadores conhecerem a proveniência do sobrenome, apenas. Neste caso, as pesquisas podem ser feitas levando-se em consideração apenas o étimo do sobrenome e não a etimologia dos pré-nomes, via de regra, ignorada pelos nomeadores.

Evidências neste sentido foram conseguidas mediante um ensaio analítico no qual um mesmo *corpus* foi analisado com e sem considerar a etimologia dos pré-nomes, primeiro todos os étimos foram considerados, depois outra análise foi feita apenas com base no étimo do sobrenome, sendo que em ambas foram feitas análise quantitativas. O *corpus* em questão foi constituído por nomes de pessoas homenageadas por nomes de rua no Município de Toledo iniciados pela letra “A”, segundo dados coletados por Cognese (2011).

Numa primeira abordagem, os nomes completos mais frequentes no *corpus* como um todo e por categoria, segundo a origem etimológica do sobrenome, foram analisados etimologicamente, tendo por base duas obras lexicográficas: a de Guérios (1981) e a de Oliver (2005):

SOBRENOME ITALIANO	SOBRENOME ALEMÃO	OUTROS SOBRENOMES	CORPUS TOTAL
Antonio 7,10%	Antonio 5%	Antonio 17%	Antonio 8,5%
Angelo 9,10%	Angelo zero	Angelo zero	Angelo 4,5%
Augusto 3%	Augusto 17 %	Augusto 4%	Augusto 5%
Alfredo 3%	Alfredo 5%	Alfredo 4%	Alfredo 2,5%
Angela 4%	Alsira 5 %	Alzira /Ana4%	Angela 3%
Amelia 3%	Amanda5%	Alvina /Rosa4%	Amelia 2%
99 pessoas	18 pessoas	24 pessoas	141 pessoas

Tabela 1: Nomes mais frequentes por porcentagem no *corpus* Ruas de Toledo

Numa segunda análise, foi considerada somente a etimologia dos sobrenomes. Os resultados parciais – por categoria— foram contrastados com aqueles obtidos via análise da totalidade do *corpus*. Por fim, uma análise contrastiva dos resultados foi elaborada de modo a fornecer evidências sobre a importância dos dados etimológicos para estudos antroponomásticos que levam em consideração o uso e a interpretação dos antropônimos numa comunidade dada.

Cruzando os dados sobre origem etimológica e frequência no *corpus*, surgem os resultados visualizados na tabela abaixo, a seguir comentados

Pré-nomes	Origens do étimo	Categoria de maior frequência
Antônio	italiano e luso-brasileiro	outros sobrenomes
Ângelo e Ângela	latino e italiano	sobrenome italiano
Augusto	latino e germânico	sobrenome alemão
Alzira	Árabe	sobrenome alemão
Rosa	latino e normando	outros sobrenomes
Alvina	latino e germânico	outros sobrenomes
Luiza Bertha Amanda	germânicos e latino	sobrenome alemão
Ana	hebraico e luso-brasileiro	outros sobrenomes
Amélia	germânico	sobrenome italiano

Tabela 2: Origem etimológica dos nomes mais freqüentes.

A análise etimológica mostra uma convergência relativa entre o sobrenome e os pré-nomes. Pré-nomes e sobrenomes de mesma origem etimológica ocorreram numa proporção de 1/3 para os nomes italianos e 1/2 para os nomes alemães. Entre os nomes da primeira categoria, há pré-nomes de étimo germânico. Entre os da segunda, de étimo árabe e italiano-luso-brasileiro.

São resultados cuja importância, contudo, pode ser questionada. Além de não ser possível saber se o étimo do nome foi levado em consideração quando de sua escolha pelo designador, parte considerável dos nomes (dois terços no primeiro caso e metade no segundo) não estão etimologicamente vinculados aos sobrenomes o que indica ser o critério etimológico, no mínimo, insuficiente para dar conta dos padrões designativos encontrados em cada categoria. Para tanto é necessário verificar se há nomes indicadores de uma relação identitária. Entende-se por relação identitária aquela em que um primeiro nome é utilizado exclusivamente por uma dada comunidade, motivo pelo qual serve de indício de que o portador do nome pertence a essa comunidade. Assim portar este nome significa ser identificado como parte da comunidade, como um sujeito igual àqueles que a ela pertence e diferente daqueles que se acham fora desta sociedade.

O *corpus* total indica *Antonio* como o mais frequente entre os nomes masculinos. Separando pela ascendência, percebe-se que ele é mais frequente entre aqueles que não têm ascendência italiana ou alemã. Este dado indica que, no universo estudado, este primeiro nome não indica uma relação identitária. O contrário ocorre com o nome *Ângelo*, segundo mais frequente entre os primeiros nomes masculinos entre homenageados de ascendência italiana e sem ocorrência nas demais ascendências. O nome *Augusto*, por sua vez,

indica ascendência alemã no universo dado ser quatro vezes mais frequente entre homenageados dessa ascendência. Entre os nomes femininos, o mais frequente, entre os de ascendência italiana, é *Angela* e *Amélia*, ausentes nas demais categorias. Entre os de ascendência alemã, o nome *Amanda* -- cujo nome de batistmo Amanda Luisa Bertha foi abreviado no nome de rua que a homenageia no qual apenas o primeiro nome e o último sobrenome são utilizados -- (COLOGNESE,2011,p.77) é estabelecedor de relações identitárias, por não estar presente nas demais categorias.

Comparando-se os resultados, percebe-se um caso de disparidade entre o critério etimológico e o distributivo (presença do nome numa categoria e ausência do mesmo nome nas demais categorias) no primeiro nome *Amélia*, cuja origem etimológica é germânica, mas, do ponto de vista quantitativo, no universo estudado, indica ascendência italiana. Quanto aos casos em que há convergência – *Ângelo* e *Ângela* na categoria de nomes italianos e *Augusto*, *Alfredo* e *Luisa Bertha Amanda* na categoria de nomes alemães – ela também foi apontada quando se levou em conta a etimologia dos pré-nomes.

Esta repetição de resultados sugere ser o critério etimológico desnecessário para a caracterização dos padrões designativos por categoria, uma vez ser suficiente a utilização do critério distributivo. Portanto, a conclusão a que se chega é a de ser suficiente a consideração da origem do sobrenome, não sendo preciso elaborar a análise etimológica do primeiro nome.

As diferenças encontradas entre as análises realizadas -- com e sem consideração da etimologia dos pré-nomes -- aponta, ainda, para diferentes modos de se investigar o nome próprio: como uma forma linguística atrelada a um étimo e como forma linguística atrelada ao uso. Para designar a primeira, Langendonck propõe o termo “lema de nome próprio” (*proprial lemma*) e, para o segundo, o termo “nome próprio”, ou melhor, uso em função de nome próprio (*individual use of proper name*) (2007, p.7).

Langendonck defende ser necessária a distinção entre o estudo dos nomes próprios enquanto parte de um *lexicon* onomástico cujos itens apresentam um significado etimológico, o qual costuma ser investigado por linguistas históricos e filólogos, e as pesquisas levadas a cabo por filósofos da linguagem os quais se centram nas funções peculiares aos nomes próprios conforme o uso. Como argumento para a necessidade desta distinção, o pesquisador cita e analisa usos de lema de nome próprio em que o nome próprio é usado em função de nome comum, possibilidade de conversão que além de evidenciar as diferenças entre forma e função, põe em relevo a função pragmática do uso contextualizado dos nomes próprios.

Para melhor entendimento de sua proposta, analisam-se, a seguir, alguns dos exemplos por ele examinados. O primeiro ilustra o uso de epítetos formados por lemas de nome próprio na frase *Zepelin inventou o zepelin*² (Langendonck, 2007, p.10). Nessa frase, enquanto a primeira ocorrência de Zepelin é de lema de nome próprio em função de nome próprio, a segunda é um nome comum, se bem funcione como um nome próprio genuíno em decorrência de ser um epíteto. Outros exemplos de transição incluem os abaixo listados (Langendonck, 2007, p.11).

:

- (1) João foi a uma reunião hoje.
- (2) O imperador Napoleão foi derrotado em Waterloo.
- (3) Você está falando de outro João.
- (4) Ele está se tornando um segundo Napoleão.

Nos dois primeiros exemplos, percebe-se que o lema nome próprio está sendo usado para fazer referência a entidades individuais, função típica dos nomes próprios. No terceiro, referência é feita a mais de um indivíduo com a função de caracterizar um deles como apresentando características típicas do outro, trata-se, pois de uma forma de nome próprio com função de nome comum, o mesmo ocorre no último exemplo: ser um segundo Napoleão é apresentar as características do primeiro. Interessante notar que uma categoria que parece não admitir a translação é a dos nomes de planeta cuja referência unívoca a uma entidade singular impede que sejam utilizados em outra função pragmática.

A partir desta distinção, Langendonck defende que os nomes em função de nome próprios sejam estudados conforme os pontos de vista sintático, morfológico, semântico e pragmático, incluindo, na dimensão semântica, o estudo do significado associativo do nome próprio, o qual inclui a relação identitária de certos nomes numa dada sociedade.

Outra dimensão a ser levada em conta no estudo dos antropônimos é a neurolinguística. Experimentos levados a cabo por pesquisadores desta área fornecem algumas evidências de como são processados os nomes próprios e as descrições definidas por indivíduos com graus variados de afasia. Por comparação com os casos patológicos, pode-se especular como as informações são processadas em indivíduos nos quais a faculdade da linguagem está íntegra. Se os nomes próprios se igualam às descrições definidas e aos pronomes pes-

2 Todos os exemplos de Langendonck, originalmente em língua inglesa, foram traduzidos à língua portuguesa pela autora desse artigo.

soais por fazerem referência a um indivíduo, espera-se que o processamento mental destas classes de palavras seja em grande parte semelhante, mas que alguma diferença seja verificada quando se comparam o funcionamento dos nomes próprios e o das descrições definidas. Por as últimas serem mais informativas, é plausível pensar que sejam processadas de modo mais complexo que as primeiras. A seguir, estas hipóteses são confrontadas com as pesquisas neurolinguísticas relatadas por Langendonck (2007, p.106-118).

Do ponto de vista da Neurolinguística, é interessante investigar como os nomes próprios são processados porque a comparação de seu processamento com aquele que ocorre para os nomes comuns possibilita que se saiba mais a respeito de como os nomes são recuperados pelos falantes em suas práticas discursivas, um processo cujo entendimento é fundamental para se tentar a recuperação da capacidade de linguagem de indivíduos cuja afasia compromete a capacidade de utilizar determinadas classes de palavras.

Segundo Coates, de partida, os neurolinguistas levam em consideração que as palavras que as pessoas avaliam como sendo nomes são recuperadas ou processadas mais rapidamente que as expressões estabelecedoras de referências descritivas (apud LANGENDONCK, 2007, p.107). Esta descoberta inicial, a princípio, parece indicar que as descrições definidas seriam processadas mais devagar que os nomes, cujo processamento seria o mesmo tanto para nomes próprios quanto para nomes comuns.

Conforme relato de Langendonck, “PC” é um homem de negócios, com grau superior completo que, após ter parte do hemisfério direito do cérebro danificado, passou a apresentar inabilidade para recuperar da memória qualquer tipo de nome próprio. Esta dissociação atingia todos os nomes próprios, exceto o seu próprio, o de seu país e um ou outro nome próprio homônimo a um nome comum, como é o caso do sobrenome Verdi. Quando testado, verificou-se que a habilidade de recuperar nomes comuns estava intacta e que seu distúrbio atingia exclusivamente a nomeação mediante nomes próprios sejam eles de pessoa, cidades países ou acidentes geográficos. Testada a memória de curto prazo para nomes de pessoas, não houve nenhum acerto, inclusive o nome do examinador foi esquecido pelo paciente dez vezes durante a seção.

Importante destacar que ele se mostrou capaz de associar com coerência e acerto as características atribuídas aos portadores dos nomes:

Quando apresentado a fotos de pessoas famosas, seu desempenho foi 0/20. Não obstante este resultado, ele foi capaz de fornecer uma boa quantidade de informação, dando, em todos os casos, detalhes corretos sobre as vidas das pessoas

(e.g., ‘Primeiro Ministro, ele é o primeiro socialista a ter esta posição em seu país ou ‘poeta muito famoso, considerado o pai de nossa literatura’’) (SEMENZA; ZETTIN, 1988 apud LANGENDONCK, 2007, p.109).

Como a capacidade de reter nomes comuns não foi alterada, nos casos em que o nome próprio era formado por um nome comum em função de nome próprio, o paciente conseguia recuperar o nome em questão mediante algumas dicas:

PC evidenciou um melhora notável quando solicitado a nomear várias pessoas famosas a partir de um epíteto homônimo ao nome delas. Por exemplo, uma das questões era: “Qual é o nome do compositor de Aida e Traviata? Seu nome nos lembra de uma cor” (Verdi significa “Verde[s]”). Contudo, em 4 de 8 casos, ele também precisou de uma pista fonética que consistia na primeira letra de um nome, estratégia que não ajudava em nada nos outros testes. (LANGENDONCK, 2007, p.109).

Para Langendonck, os resultados ora apresentados confirmam seu pressuposto de que os nomes próprios podem apresentar ou exibir algum significado associativo. Evidencia também a existência de dois processos diferentes: um pelo qual o nome próprio é recuperado conforme quem é seu portador e outro pelo qual ao portador são associadas as descrições definidas que o caracterizam. No caso desse paciente, estes dois módulos de informação se tornaram independentes e separados: o que relaciona nomes próprios e portadores está inacessível, mas não o que relaciona descrições definidas e portadores. Pode-se especular, então, que, em indivíduos normais, ambos os módulos estão pareados de modo a possibilitar um resgate automático destas informações.

Este paralelismo entre informação linguística e unidades de conhecimento de mundo, cumpre advertir, também existe para os nomes comuns, conforme mostra o desempenho deste mesmo paciente em testes com esta classe de palavras:

Na tarefa de nomear a partir de uma definição (e.g., Que meio de transporte em duas rodas?), o desempenho de PC foi, novamente, muito insuficiente para nomes de pessoas e nomes de lugar, porém impecável para substantivos indicadores de objetos inanimados, animais, frutas e vegetais, partes do corpo, cores e entidades abstratas, o mesmo ocorreu para adjetivos, verbos e alguns números. (LANGENDONCK, 2007, p.109).

Conforme se mostrará a seguir, o uso da Teoria da Relevância nos estudo onomástico privilegia a função de nome próprio, motivo pelo qual é a teoria que mais se aproxima do uso cotidiano dos antropônimos.

A teoria proposta por Sperber e Wilson na década de oitenta do século passado relaciona de uma maneira psicológica e empiricamente plausível conhecimento de mundo e conhecimento linguístico no decorrer do processo cognitivo responsável pela produção e interpretação de *inputs* em que se incluem enunciados escritos, orais, imagéticos e intermodais.

Conforme a Teoria da Relevância, quando o conteúdo de uma elocução é recuperado, isto se dá mediante os seguintes processos, não necessariamente sucessivos, podendo haver sobreposições: a) as palavras que as constituem são identificadas; b) os conceitos associados às palavras são recuperados; c) regras de dedução que se encontram associadas às suas entradas lógicas são aplicadas (SPERBER; WILSON, 2001, p.140).

Nessa teoria, os conceitos são definidos como objetos psicológicos de natureza abstrata localizados num endereço da memória, “um título sobre o qual podem ser armazenados e recuperados vários tipos de informação” (SPERBER; WILSON, 2001, p.144). Arquivadas nesse endereço estão três entradas distintas: a lógica, a lexical e a enciclopédica. A primeira consiste em regras de dedução, a segunda responde pelas informações gramaticais de uma palavra como gênero, número, fonemas que a compõe e algumas regras combinatórias e a terceira, mais interessante para o estudo dos nomes próprios, abarca tudo o que o indivíduo sabe “sobre a extensão e/ou denotação do conceito: isto é, sobre os objectos, acontecimentos e/ou propriedades que o representam” (SPERBER; WILSON, 2001, p.144).

Sobre a entrada enciclopédica, é importante ressaltar que se trata de uma classe aberta em contínua expansão, já que as vivências e as atividades discursivas e interpretativas nas quais o indivíduo se envolve sempre vão acrescentando informações novas: “não existe altura nenhuma em que se possa dizer que esteja completa uma entrada enciclopédica, não existe qualquer mínimo essencial com o qual se possa dizer que foi completamente dominado o conceito que lhe está associado” (SPERBER; WILSON, 2001, p.147).

Na Teoria da Relevância, nenhum conceito é estante, uma vez que os autores sempre procuram trabalhar com um número máximo de possibilidades. Wilson e Sperber contam com a possibilidade de, para um determinado indivíduo, uma entrada para certo contexto estar vazia ou incompleta:

(...) poderão existir conceitos que tenham entradas enciclopédicas e lógicas e que desempenhem um papel nos processos cognitivos, mas que não estejam lexicalizados e que, portanto, tenham uma entrada lexical vazia. Exemplificando: parece razoável supor-se que, correspondendo a conceito geral lexicalizado de “os militares” ou “as forças armadas”, tenhamos um conceito especial de um soldado/marinheiro/aviador, a que falta uma entrada lexical. (SPERBER; WILSON, 2001, p.153).

O caso de PC, o paciente italiano estudado por Semenza e Settin, encaixa-se perfeitamente na possibilidade descrita por Sperber e Wilson. O paciente conhece os portadores dos nomes próprios e correlaciona, acertadamente, as descrições definidas que podem ser atribuídas a cada portador, habilidades que indicam a existência e integridade das entradas enciclopédicas. Com relação às entradas lexicais, elas não foram preservadas o que se comprova, por exemplo, por sua incapacidade de lembrar o nome do examinador. Os conceitos existem, mas a ausência de entradas lexicais para eles impede que os nomes próprios sejam recuperados da memória. Contudo, quando o sobrenome é homônimo a um nome comum, a recuperação não é impossível uma vez que o conceito e todas as entradas relativas aos nomes comuns não sofreram dano, isto é, os endereços correspondentes aos nomes comuns foram totalmente preservados. Do ponto de vista aqui adotado, o fato de haver preservação dos nomes comuns, mas não dos nomes próprios é uma forte evidência de que eles não são acessados de modo idêntico, se bem os processos sejam, em grande parte, semelhantes.

Um exemplo não patológico de processamento do endereço relacionado ao portador e nome próprio presente numa elocução é fornecido pelos proponentes da Teoria da Relevância. Se bem todo o processo seja descrito em detalhe, informa-se somente a parte da análise relativa ao portador do nome próprio. O exemplo é constituído pelo diálogo abaixo:

(1) Maria: Aquilo que seu gostaria de comer esta noite era um ossobuco.
Pedro: Tive um dia esgotante. Estou cansado.
(SPERBER; WILSON, 2001, p.225).

A decodificação do enunciado de Pedro por Maria forma um contexto cognitivo inicial: “(a) O Pedro está cansado. (b) Se o Pedro está cansado, gostaria que a Maria fizesse o jantar. (c) O Pedro gostaria que a Maria fizesse o jantar.” (idem). Esse contexto inicial é ampliado mediante adição de outras informações conhecidas por Maria, entre elas, as seguintes: “Porção 1. Informações enciclopédicas sobre o Pedro, incluindo a suposição: Pedro é cirurgião (...) Porção 6. Informações enciclopédicas sobre cirurgia (SPERBER; WILSON, 2001, p.226).

Para melhor entendimento da análise, é preciso esclarecer que a ampliação do contexto inicial é feita com base no conhecimento de mundo do interpretante. Trata-se de informações que não costumam estar expressas, mas sim subentendidas, de modo que não é possível deduzi-las somente a partir do contexto inicial gerado com base na decodificação linguística. Ativadas estas informações, Maria pode dar continuidade ao diálogo e dizer:

(2) Maria: Se estás cansado, farei o jantar. (SPERBER; WILSON, 2001, p.226.)

Sua resposta indica que ela chegou à conclusão de que Pedro está impossibilitado de fazer o jantar. Para chegar até ela, Maria pode ter deduzido, a partir de seu conhecimento de mundo, que Pedro fez um implante coronário e, portanto, está exausto. Sendo assim, houve extensões adicionais do contexto: a porção 09 assim descrita: “Porção 9. As informações enciclopédicas sobre um implante coronário, incluindo a suposição: Fazer um implante coronário é esgotante” (SPERBER; WILSON, 2001, p.226).

Maria, ao dialogar com Pedro, ativou, em sua memória, as entradas enciclopédicas relativas a ele. Na entrada lexical consta o nome próprio Pedro e, na entrada enciclopédica, a informação de que o portador do nome é o cirurgião que costuma fazer implantes coronários. Imaginando que, no dia seguinte, Maria encontre uma amiga, Joana, e que ambas conheçam Pedro da mesma maneira, Maria pode relatar-lhe o ocorrido no jantar dizendo:

(3) Maria: Eu queria que Pedro fizesse o jantar, mas ele me disse que estava cansado, então, eu mesma o fiz.

O processamento da elocução de Maria por Joana, em algumas etapas, seria equivalente ao de Maria: seriam ativadas as mesmas porções de conhecimento enciclopédico. Os fonemas de formam o nome próprio “Pedro” são percebidos e decodificados. A partir do endereço assim formado, é acessada a entrada enciclopédica correspondente na qual está incluída a informação de que Pedro é cirurgião e de que seu trabalho é esgotante, dados necessários para que Joana entenda ou até preveja, desde o começo do enunciado de Maria, que Pedro não faria o jantar.

Conforme evidenciam os exemplos dados, a Teoria da Relevância mostra como conhecimento linguístico e de mundo estão relacionados no fazer interpretativo, relacionamento que explica, não só a origem e o funcionamento do significado associativo presente nos nomes próprios, mas também como eles são utilizados cotidianamente.

Considerações finais.

A aplicação da Teoria da Relevância, dos achados da Neurolinguística e da distinção entre lema de nome próprio e de função de nome próprio fundamentam estudos antroponímicos que pretendem dar conta do uso dos nomes próprios de pessoas na sociedade. O uso do critério distributivo para análise qualitativa dos dados, por sua vez, revela que relações identitárias são construídas no interior de uma comunidade, abrangendo o significado associativo dos nomes próprios de pessoa.

O paradigma que está emergindo na Antroponomástica difere daquele já tradicionalmente utilizado na Toponomástica na qual a fundamentação teórica, a taxonomia e a metodologia propostas por Dick é hegemônica. Neste ramo da Onomástica importa o estudo do nome próprio enquanto lema, sendo, portanto fundamental e imprescindível o estudo do étimo do topônimo.

Se bem a utilização de base documental e de análises quantitativas e qualitativas sejam pontos em comum, a disparidade entre os paradigmas adotados parecem indicar que Toponomástica e Antroponomástica se desenvolvem de modo independente não obstante a “aproximação, em termos funcionais, dos respectivos objetos de pesquisa”. (DICK, 1992, p.178).

Referências bibliográficas.

- ANDRADE, Karylleila dos Santos. “Projeto Atito: algumas considerações sobre o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantis”. In: *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. IV*. ISQUERDO, Aparecida Negri;
- FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.). Campo Grande, MS/Porto Alegre /RS,: Editora UFMS / Editora UFRGS, 2010a, p. 133- 144.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas Toponímico de origem indígena do Estado de Tocantins – ATITO*. Goiânia: Ed, da PUC de Goiás, 2010b.
- COLOGNESE, Silvio Antonio. *Ruas de Toledo. Identidades que se cruzam*. Cascavel,PR: Edunioeste, 2011.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas, FFLCH/ USP, 3ª, ed, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira”. *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. II*. ISQUERDO,

- Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.) Campo Grande, Brasil, Editora UFMS, 2004, p.127.
- EPSTEIN, Isaac. “Thomas S.Kuhn: a cientificidade entendida como vigência de um paradigma”. In: *A Espistemologia: a cientificidade em questão*. OLIVEIRA, Alberto (org.). Campinas/ S P: Papyrus, 1990, p.103-130.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. “Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural” In: *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. V*. ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs). Campo Grande, MS, Brasil: Editora UFMS / UFRGS, 2010, p. 153- 170.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*.3 ed. ver.e aum. São Paulo:Ed.Ave Maria, 1981.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. *Cahiers de Lexicologie*.Dynamique de la recherche em lexicologie, lexicographie et terminologie au Brésil.POUPET, A.le B.; XATARA C. (eds), 2012/2 no.101,Paris:Classiques Garnier, p.15-36.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de . “Apontamentos sobre hidronímia e hidrotponímia na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Minas Gerais”. *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. V*. ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs.). Campo Grande/MS: Editora UFMS 2010, p.85
- KUNH, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo: Perspectivas, 1978.
- LANGENDONCK, Willy Van. *Theory and Typology of Proper Names*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2007.
- LEME, Margarida Paes. “Onomástica Cortesã no século XV: os moradores da casa real”. *Revista Signum. Cuiabá - MT: ABREM*,v.12, n.2, p.243-264, 2011.Disponível em em 16/01/2013.
- FRANCO LOPEZ, Yolanda Guillermina. *Un siglo de nombres de Pila em Tlalnepantla de Baz*. México, D.F.: Editorial Plaz y Valdes, 2010.
- OLIVIER, *Todos os nomes do mundo*.Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.
- SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª.ed.Corrigida e aumentada.São Paulo:Ed.Nacional, 1987
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A Formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (orgs.) *As ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, vol. III*. Campo Grande, Brasil, Editora UFMS /Associação Edtiorial Humanitas, 2007.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Porquê os nomes próprios de pessoas podem estabelecer relações identitárias. *I Seminário Internacional de Estudos da Linguagem*. Maio, 2012, Unioeste, Cascavel [comunicação oral].

SEIDE, Márcia Sipavicius; SCHULTZ, Benilde Socreppa. Linguagem, cognição e identidade: o estatuto dos nomes próprios. *XXVII Enanpoll*. Jul de 2012. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. [comunicação oral].

Recebido em 17 de janeiro de 2013.

Aceito em 4 de maio de 2013.